

Estudo Técnico Preliminar 19/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 08205.001746/2023-41

2. Descrição da necessidade

Conforme explanado no Documento de Formalização da Demanda 31401022, a contratação de empresa especializada para prestar serviços de solução integrada de captação e registro de dados voltada à emissão de Carteiras de Registro Nacional Migratório (CRNM), de Documentos Provisórios de Registro Nacional Migratório (DPRNM), assim como suas versões digitais, com todos os insumos e equipamentos próprios necessários para capturar, coletar, processar e produzir esses documentos, justifica-se em decorrência das seguintes situações:

Quanto à motivação, tem-se que a Polícia Federal possui em vigor o Contrato 38/2019 - COAD/DLOG (SEI nº 12224629), oriundo do processo SEI 08205.000613/2018-90, cuja vigência encerrar-se-á em 03/09/2024, entretanto, conforme justificado no Ofício 383 (SEI nº 31174424), e na formalização da demanda já citada, ele está próximo de atingir o limite máximo permitido em lei, antes dessa data. Essa situação foi acarretada pelo aumento expressivo da demanda de documentos migratórios sendo que em 2022 foram expedidas 435.964 carteiras, número maior em 73% ao inicialmente previsto para o período e, até presente momento de 2023 já foram emitidas 240.923. A se manter este perfil de emissão, mesmo com o aditivo contratual de 25% em curso para ser formalizado, é prudente iniciar nova contratação para a Administração não incorrer no risco de suspender os serviços que, sabidamente, são essenciais e fazem parte do rol de atribuições da Polícia Federal.

O Decreto nº 9.199 de 20 de novembro de 2017, que regulamenta a Lei de Migração nº 13.445 de 24 de maio de 2017, estabelece a competência da Polícia Federal em seu artigo 58:

"Art. 58. Compete à Polícia Federal:

I - organizar, manter e gerir os processos de identificação civil do imigrante;

*II- **produzir a Carteira de Registro Nacional Migratório;** e*

III - administrar a base de dados relativa ao Registro Nacional Migratório." (grifo nosso)

Portanto, além de competir à Polícia Federal a produção da Carteira de Registro Nacional Migratório, a CRNM, também compete a ela organizar, manter e gerir os processos de identificação civil do imigrante, bem como administrar a base de dados relativa ao Registro Nacional Migratório.

Ademais, em 05 de fevereiro de 2018, foi editado o Decreto 9.277 que dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório, o DPRNM, que passou a ser emitido em 1º de outubro daquele ano. Vejamos:

*"Art. 2º Recebida a solicitação de refúgio, **a polícia federal emitirá protocolo em favor do solicitante e de seu grupo familiar que se encontre no território nacional.***

*Parágrafo único. Com a emissão do protocolo a que se refere o caput, **a polícia federal fornecerá gratuitamente o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório.**" (grifo nosso)*

Em 15 de fevereiro de 2015 foi editada a medida provisória 820, que foi convertida na Lei 13.684 de 21 de junho de 2018, dispondo sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. Dentre estas medidas está, sem dúvida, a necessidade de identificação do imigrante de modo que ele possa ser beneficiário das políticas públicas disponíveis para ele.

A contratação ora pretendida, alinha-se à legislação vigente, quer seja:

- Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 (Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública Federal);
- Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 (Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns);
- Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001 (Dispõe sobre o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);
- Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 03, de 26 de abril de 2018 e suas alterações posteriores (Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF);

- Instrução Normativa SEGES/SED/ME nº 65, de 7 de julho de 2021 (dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral sob a égide da lei 14.133/2021);
- Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 25 de maio de 2017 (dispõe sobre regras e diretrizes do procedimentos de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal);
- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 (dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratação de serviços pela Administração Pública Federal) ;
- Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010 (institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Decreto 10.936, de 12 de janeiro de 2022 (regulamenta a Lei 12.305/2010;
- Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 (Dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública Federal) o qual dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional:

"Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal."

- Lei 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração);
- Decreto 9.199, de 20 de novembro de 2017 (Regulamenta a Lei de Migração);
- Decreto 9.277, de 05 de fevereiro de 2018 (Dispõe sobre o pedido de refúgio e a emissão do DPRNM);
- Lei 13.684, de 21 de junho de 2018 (Dispõe sobre a assistência emergencial ao migrante em situação de vulnerabilidade); e
- Portaria DG/PF nº 11.264, de 24 de janeiro de 2020, publicação contida no DOU-23, de 3 de março de 2020, Seção 1, página 62 (Define novos modelos das Carteiras de Registro Nacional Migratório (CRNM) e de Documentos Provisórios de Registro Nacional Migratório (DPRNM)).
- Portaria DG/PF nº 16.362, de 15 de junho de 2022 (regulamentou a expedição de CRNM e DPRNM em meio digital).

Os serviços possuem caráter de serviço comum, tratado pela Lei 14.133/21 e Decreto 10.024/19, haja vista possuírem padrões de desempenho, qualidade e características da prestação dos serviços, como usuais do mercado e passíveis de descrição sucinta, podendo ser contratados por meio de Pregão Eletrônico.

Também possuem natureza contínua, considerados auxiliares e imprescindíveis para subsidiar o pleno desempenho das atribuições típicas da atividade policial fim, haja vista que não podem ser interrompidos, possuem um caráter de imprescindibilidade para os imigrantes, cujo fluxo para o território nacional ainda permanece elevado, conforme demonstrado pelos números de registros expedidos nos últimos anos e até o presente momento.

A contratação de prestação de serviço de emissão de documentos para migrantes foi incluída no PCA de 2023, conforme consta no Documento de Formalização de Demanda 31401022, e recebeu o **código 200334-22/2023**.

Ademais, o objeto da contratação alinha-se às diretrizes traçadas no Planejamento Estratégico 2021/2023 da Polícia Federal, SEI 32481438, atualizado pela Resolução n.º 005/2021-CGPF/PF, de 12 de agosto de 2021, bem como no Planejamento Estratégico 2024/2027, SEI 32481491, objetivando estabelecer prioridades, permitir o acompanhamento pela alta administração e ainda garantir a execução de projetos estratégicos.

Desta forma, tendo em vista as considerações apresentadas, o Termo de Referência deverá ser elaborado com o objetivo de definir de forma clara, detalhada e organizada a contratação da solução integrada de captação e registro de dados voltada à emissão de Carteiras de Registro Nacional Migratório (CRNM), de Documentos Provisórios de Registro Nacional Migratório (DPRNM) e suas versões digitais, com todos os insumos e equipamentos próprios necessários para capturar, coletar, processar e produzir esses documentos, bem como trazer atualização técnica e de processos que porventura tenham se mostrado mais eficientes ao longo da vigência do contrato atual, haja vista a celebração do Termo Aditivo Primeiro ao contrato nº 38/2019-CGAD/DLOG/PG (SEI nº 21083902), celebrado em 30/11/2021, que incluiu a disponibilização do documento em meio digital.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DRM/CGMIG/DPA/PF	INDIRA LIMA CROSHERE
DRM/CGMIG/DPA/PF	NELBE FERREIRA FERRAZ

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para que os serviços sejam prestados com agilidade, eficiência, qualidade e segurança, devem ser atendidos os seguintes pré-requisitos:

observância das normas pertinentes à modalidade licitatória apropriada para o caso;

cumprimento das formalidades necessárias à instrução processual, tanto na fase interna como na fase externa da licitação;

célere instrução do processo, de modo a garantir que não haja solução de continuidade nos serviços ora prestados;

a empresa selecionada possua capacidade técnica, financeira e jurídica de prestar os serviços objeto da licitação;

a empresa selecionada esteja ciente das especificidades dos serviços a serem prestados, possuindo expertise suficiente para atender as exigências a serem definidas no Termo de Referência;

a empresa selecionada esteja ciente de que é um serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, remunerado conforme a produção e entrega de documentos.

Além dos quesitos acima, a licitante deverá atender aos pré-requisitos de ordem técnica listados abaixo:

Promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas:

Considerando que a emissão dos documentos, CRNM e DPRNM, cujos modelos atuais são padronizados pela Portaria DG/PF nº 11.264, de 24 de janeiro de 2020, havendo alteração de empresas na prestação dos serviços, a empresa anterior deverá fazer a transferência de conhecimento e tecnologia para a nova contratada para que não haja solução de continuidade na prestação dos serviços.

O prazo de transição contratual será de 60 (sessenta) dias após a emissão da Ordem de Serviço.

Este prazo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias desde que, antes do fim do prazo inicialmente previsto, a contratada demonstre ter iniciado todas as tratativas necessárias para a implementação da solução e que não deu causa ao pedido de prorrogação.

O prazo somente será prorrogado mediante o aceite da contratante.

O Projeto Gráfico Matriz da CRNM, do DPRNM, doravante denominado apenas como PGM, pertence à Polícia Federal e seu acesso se dará somente após assinatura de termo de confidencialidade, subscrito pelo responsável da empresa ou da líder do consórcio de empresas que vier a ser contratado.

A contratante poderá solicitar o desenvolvimento de um novo PGM com o objetivo de cumprir as recomendações atualizadas da ICAO/OACI. Uma vez desenvolvido, o PGM será de propriedade da Polícia Federal e seu acesso se dará somente mediante assinatura de termo de confidencialidade, que deve ser subscrito pelo responsável da empresa ou do consórcio de empresas que vier a ser contratado.

Qualificação Técnica, verificada mediante apresentação de certificados, termos, atestados e documentos, quais sejam:

Termo de Compromisso de implantação das estruturas nos prazos programados;

Certificados e documentação de softwares e projetos constantes no detalhamento da solução;

Atestado de Capacidade Técnica em nome da licitante (ou da líder do consórcio), compatível com o serviço de emissão de documentos de identificação iguais ou semelhantes ao objeto da contratação, dotados de itens de segurança iguais, semelhantes ou superiores, em grau de complexidade e segurança, com as especificações mínimas previstas para as CRNM e o DPRNM, que tenha executado ou esteja executando, por período não inferior a três anos, podendo ser um ou mais atestados, contanto que

demonstre produção mínima de 10% (dez por cento) do quantitativo previsto para escopo total do contrato, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

Os atestados emitidos por pessoa jurídica de direito privado deverão estar com a firma do responsável pela emissão reconhecida em cartório.

O Atestado de Capacidade Técnica descrito no subitem acima poderá ser aceito em nome de empresa estrangeira, desde que:

seja expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado situada no país em que o serviço tenha sido prestado;

atenda todos os demais requisitos qualitativos e quantitativos descritos acima;

seja apresentado na versão original e traduzido para o português, atentando-se para os requisitos previstos no art. 67, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021, aplicável ao presente caso, ainda que não se trate de licitação internacional;

a empresa titular do Atestado de Capacidade Técnica seja integrante do quadro societário da licitante, que, necessariamente, deverá ser pessoa jurídica brasileira, sendo a responsável legal para todos os efeitos decorrentes da contratação, gozando de plenos direitos e sujeitando-se às obrigações decorrentes do exercício das atividades inerentes ao objeto do serviço a ser prestado para a Polícia Federal.

Certificado ABNT NBR 15540:2013, que especifica os requisitos de sistema de gestão de segurança para tecnologia gráfica, a fim de que a empresa possa ser certificada como participante da cadeia produtiva do impresso de segurança ou atestado de conformidade com as normas Card Production and Provisioning Physical Security Requirements v2.0, ou versão superior, da PCI Security Standards Council;

Certificação na ISO/IEC 27001:2013, que consistente no padrão e na referência internacionais para a gestão da segurança da informação, ou atestado de conformidade com as normas Card Production and Provisioning Logical Security Requirements v2.0 e Card Production and Provisioning Physical Security Requirements v2.0, ou versões superiores, da PCI Security Standards Council, **ou**, em caso de empresa pública ou sociedade de economia mista, alinhado ao item 9.8.2 do ACÓRDÃO Nº 1233/2012 – TCU, possuir área específica de segurança da informação, aderente às diretrizes governamentais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), e possuir grupo de resposta a incidentes de segurança (Computer Security Incident Response Team - CSIRT).

Atestado Técnico ou Termo de Responsabilidade que garanta a durabilidade, funcionalidade e legibilidade mínima de 9 (nove) anos para os documentos produzidos, assim entendidos como as CRNM e os DPRNM finalizados (já personalizados), sob condições normais de armazenamento e uso. O prazo de 9 (nove) anos corresponde ao período máximo de validade dos documentos, conforme previsão contida no parágrafo único do art. 2º da Portaria DG/PF nº 11.264, de 2020; e

Declaração da licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

A Comissão Licitante ou o Pregoeiro poderá realizar diligências para o esclarecimento de fatos descritos nos atestados de capacidade técnica.

Os documentos referentes à qualificação técnica relacionados nos subitens 3.4.1., 3.4.3., 3.4.3.1., 3.4.4., 3.4.4.1. e 3.4.8. serão exigidos durante a fase de habilitação da sessão pública.

Os documentos referentes à qualificação técnica relacionados nos subitens 3.4.2., 3.4.5., 3.4.6. e 3.4.7. serão exigidos no momento da assinatura do contrato.

Requisitos técnicos de software e hardware destinados à integração lógica e de sistemas:

Os softwares e equipamentos fornecidos pela contratada serão instalados em computadores dos tipos desktop e notebook, de propriedade da contratante, e com esses deverão manter inteira compatibilidade. Os computadores da CONTRATANTE, onde serão instalados os dispositivos periféricos, precisam ter as seguintes características mínimas:

Windows 10 ou superior 64 bits, Pro ou Enterprise, com as últimas atualizações disponíveis;

Antivírus Microsoft Defender, com as últimas atualizações disponíveis;

Processador com suporte a 32 e 64 bits, memória cache de 4 MB, 2 núcleos de processamento e frequência nominal de 1,7 GHz ou superior;

Memória RAM tipo DDR3-1600 MHz com 8 GB de capacidade;

Disco rígido com interface SATA III, velocidade de rotação de 5.400 RPM e capacidade de 240 GB;

Placa de rede padrão Gigabit Ethernet; e

02 (duas) portas USB 3.0.

Deverá ser fornecido, pela contratada, um HUB USB, energizado por fonte de alimentação, com quantidade de portas igual o superior ao número de periféricos fornecidos pela contratada e com versão compatível com a utilizada nos mesmos.

A contratada fornecerá todos os cabos de força e de dados necessários à energização e integração e completo funcionamento dos periféricos com o computador fornecido pela contratante, sem ônus adicional.

A contratada deverá fornecer solução de energia (filtro de linha, transformador, estabilizador etc) de forma que todos os periféricos possam ser ligados em uma única fonte elétrica, com voltagem 110V ou 220V.

Para cada kit de periféricos, deverá ser fornecido 01 (um) adaptador de fonte elétrica no padrão novo (fêmea - NBR 14136) para o padrão antigo (macho - 2P+T).

A contratada deve oferecer serviço de suporte técnico, sem ônus para a contratante, que assegure o correto funcionamento e integração de hardware e software com o computador fornecido a ela.

São considerados suporte técnico:

reparação das eventuais falhas de hardware e/ou software;

cobertura total e substituição de peças e componentes que se apresentem defeituosos; e

ajustes, reparos e correções necessárias, incluindo deslocamento de técnicos.

Os serviços de assistência técnica poderão ser prestados nas modalidades on-site ou remota, nas unidades da Polícia Federal descritas no ANEXO A – Unidades de atendimento a migrantes da Polícia Federal em dias úteis, em horário comercial (das 8h às 18h, no horário local).

As solicitações de manutenção serão recebidas pela contratada, que deverá disponibilizar número telefônico de tarifação reversa (0800 ou equivalente) e endereço de correspondência eletrônica (e-mail) para tanto.

No ato da solicitação de manutenção, a contratada deverá emitir para a contratante um número de protocolo identificador da solicitação, que permita o acompanhamento da execução dos serviços, bem como a posterior consulta de seu resultado.

Ao término de cada atendimento, a contratada emitirá Relatório de Atendimento Técnico (RAT) que contenha:

Identificação da unidade da PF onde foi executado o serviço;

Número do chamado e responsável pela abertura;

Data e horário em que foi efetuada a solicitação;

Data e horário de início e término do atendimento;

Descrição da solicitação que originou o atendimento;

Descrição do serviço efetuado e das peças que eventualmente tenham sido substituídas;

Identificação do equipamento, contendo número de série;

Identificação e assinatura do responsável/técnico que executou o atendimento; e

Aceite do responsável do contratante, mediante assinatura, nome, matrícula e cargo.

O prazo de término do atendimento, somados os atendimentos remotos e on-site, não poderá ultrapassar o prazo de 1 (um) dia útil, nas capitais, ou 5 (cinco) dias úteis no interior.

Entende-se por prazo de atendimento o tempo levado entre o acionamento da contratada e a disponibilidade do produto em perfeitas condições de funcionamento, ficando condicionado à aprovação da contratante.

Os equipamentos de propriedade da contratada que apresentem defeito poderão ser retirados para conserto, por sua conta e risco, desde que a devolução respeite o prazo máximo de 1 (um) dia útil, nas capitais, ou 5 (cinco) dias úteis no interior, contados da data de abertura do chamado técnico.

A contratante poderá exigir a substituição integral do equipamento defeituoso por outro de configuração igual ou superior, de modo a garantir a continuidade do serviço público, sem prejuízo das demais sanções previstas em contrato.

Deverá ser fornecida, pelo período do contrato, sem custo adicional à contratante, a atualização dos softwares entregues, que compreenderá o fornecimento de correções, novas versões e releases que forem disponibilizadas pelo fabricante, provendo a garantia de evolução tecnológica e funcionamento adequado do produto.

As instalações de software efetuadas pela contratada para resolver problemas de hardware também serão feitas sem ônus adicional à Polícia Federal.

A falta de peças ou componentes do equipamento não poderá ser alegada pela contratada como justificativa da não realização de algum atendimento e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo descumprimento dos prazos estabelecidos.

Os casos em que caracterizar motivos de força maior serão analisados pela fiscalização do contrato.

Todos os materiais, equipamentos, peças e componentes a serem fornecidos deverão ser novos, de qualidade comprovada e originais, com garantia do fabricante. É vedado o uso de produtos remanufaturados, reconicionados, reciclados, reformados, usados ou genéricos (sem marca), a qualquer título.

Poderá ser implantada pela contratada ferramenta específica para o suporte remoto aos usuários de estações de trabalho e notebooks corporativos.

Os eventuais custos de licenciamento desta ferramenta ficarão ao encargo exclusivo da contratada.

Esta ferramenta, caso seja utilizada, deverá ter, no mínimo, as seguintes características:

Estar integrada com os diretórios de usuários da Polícia Federal (LDAP e Active Directory);

Registrar, para cada sessão remota, a identidade do técnico que está realizando a atividade e do usuário que registrou o chamado;

Registrar, via log, todos os registros e configurações alterados, vinculando-os à sessão remota;

Realizar a gravação dos dados de tela (screen capture) da sessão;

Realizar a vinculação dos dados de sessão (logs e captura de tela) com os do chamado correspondente na ferramenta de requisição de serviço, de forma que seja possível recuperar os dados da sessão a partir do número do chamado;

Ser capaz de restringir a sessão de atendimento remoto à autorização expressa do solicitante;

Permitir que o usuário do microcomputador possa iniciar a sessão de suporte remoto;

Ser capaz de condicionar a conexão remota a uma autorização do usuário para aquela sessão;

Permitir que o usuário tenha total conhecimento do andamento da sessão remota, através de indicador visível na tela;

Permitir que o usuário desconecte a sessão remota a qualquer momento, unilateralmente; e

Permitir que o usuário acompanhe todas as medidas realizadas pelo atendente durante a sessão remota.

Havendo a necessidade de a CONTRATADA conhecer as especificações que definem o formato das mensagens intercambiadas entre Sistemas Externos e o atual ABIS da Polícia Federal, deverá solicitar junto à CONTRATANTE para que, junto à Administração do ABIS do Instituto Nacional de Identificação, obtenha, mediante termo de confidencialidade, cópia do Documento de Interface Externa ao ABIS ou simplesmente D.I.E.

Esta interface permite que Sistemas Externos encaminhem dados alfanuméricos e biométricos para busca e armazenamento no sistema ABIS.

O ABIS, por sua vez, deve responder ao Sistema Externo os dados que possui sobre o requerente ou então armazenar os dados novos em seu banco de dados.

O fluxo de envio dos dados para o ABIS da Polícia Federal é de responsabilidade do SISMIGRA, cabendo à contratada disponibilizar apenas o módulo de captura de dados biométricos (foto, assinatura e digital), a ser integrado ao SISMIGRA.

O módulo de captura da contratada enviará as informações de forma integrada ao SISMIGRA.

Os demais fluxos de compartilhamento com outros sistemas da PF são de responsabilidade da contratante.

Requisitos técnicos de software e hardware destinados à identificação de pessoas:

O equipamento **Leitor biométrico 2x2x1** para estação de cadastramento civil deve atender aos seguintes requisitos:

LEITOR BIOMÉTRICO 2X2X1 PARA ESTAÇÃO DE CADASTRAMENTO CIVIL

Características Detalhamento das características

Exigência

Scanner biométrico

Tecnologia que permita captura em modo pousado e rolado.

Obrigatório

Área de Leitura Dimensões da superfície de leitura mínimas de 40 x 35 mm (Largura x Altura).

Mínimo obrigatório

Temperatura de operação

Deve ser capaz de operar entre 0° e 50° C.

Obrigatório

Tipo de acionamento

Permitir o acionamento automático do leitor quando o usuário pousa o dedo, bem como permitir o acionamento automático da captura rolada quando o usuário inicia a rolagem do dedo.

Obrigatório

Conformidade Detalhamento da conformidade

Exigência

Certificação do FBI

Constar na lista de produtos certificados nas especificações do FBI - Appendix F. BioSpecs (<https://www.fbi Biospecs.cjis.gov/certifications>).

Verificação de dispositivo certificado no Apêndice F do FBI na função de coleta pousada e rolada e que permita a realização de controle de sequência 2x2x1.

Obrigatório

Imagem	Detalhamento da imagem	Exigência
Resolução	500 PPI.	Mínimo obrigatório
Software	Detalhamento do software	Exigência
Sistema Operacional Suportado	Windows 10 ou superiores, 32 ou 64 bits.	Mínimo obrigatório
SDK (<i>Software Development Kit</i>)	Fácil integração. Permitir customização por parte do fornecedor do software de cadastramento, inclusive contemplando que o equipamento possa ser ligado ou desligado conforme necessidade.	Obrigatório
Configuração e atualização	Via USB 2.0 ou superiores.	Obrigatório
Hardware	Detalhamento do hardware	Exigência
Alimentação	Via USB 2.0 ou superiores.	Obrigatório
Comunicação	Via USB 2.0 ou superiores.	Obrigatório
Documentação	Detalhamento da documentação	Exigência
Documentação	Fornecer documentação com os procedimentos de instalação e de utilização do equipamento. Esses documentos deverão ser fornecidos na língua portuguesa do Brasil e entregues em meio digital, de forma compatível com OpenOffice, HTML e/ou PDF.	Obrigatório

O equipamento para captura de face do tipo **Câmera Fotográfica** deve atender aos seguintes requisitos:

EQUIPAMENTO DE CAPTURA DE FACE DO TIPO CÂMERA FOTOGRÁFICA

Sensor de captura de imagem	Detalhamento	Exigência
Resolução	16 Megapixels	Mínimo obrigatório
Resolução	Sensor de captura de imagem com resolução mínima suficiente que garanta que a imagem da face capturada, a uma distância máxima de 120 cm sem zoom digital, apresente, no mínimo, 120 pixels não interpolados entre os olhos. A medida adotada para referência de distância entre o centro dos olhos é de 60 a 65 mm.	Obrigatório
Tipo	Sensor CMOS	Obrigatório
Lentes	Detalhamento	Exigência
Tipo	Vidro.	Obrigatório
Alcance do foco	Permitir foco de objetos ou pessoas a uma distância entre 50 e 120 cm.	Obrigatório
SDK	Detalhamento	Exigência
Abertura e disparo	Permitir o controle pelo SDK.	Obrigatório
Customização	Permitir que o fornecedor do software de cadastro de pessoas customize o funcionamento, conforme necessidade.	Obrigatório
Funcionalidades	Detalhamento	Exigência
	Automático e personalizado.	Obrigatório
Balço de branco	Deve permitir que o dispositivo de captura de imagens digitais dispare uma foto do painel do módulo cenário (lado cinza) e a utilize para calibração automática do balanço do branco.	
Sensibilidade	ISO máximo de 3200.	Mínimo obrigatório
Correção de olhos vermelhos	Automática.	Obrigatório

Iluminação	Detalhamento	Exigência
Flash	O flash deverá ser integrado à câmera ou independente em sapata “hot shoe”.	Obrigatório
Arquivo de saída	Detalhamento	Exigência
Formato de imagem	JPEG	Mínimo obrigatório
Interface	Detalhamento	Exigência
USB	2.0 ou superiores	Obrigatório
Cabo	1.5 a 1.8 metros	Obrigatório
Alimentação	Detalhamento	Exigência
Interface	Possuir alimentação elétrica, operando de 100 - 130 volts e de 190 - 240 volts, 50/60 Hz (ajuste automático) ou por meio de interface USB 2.0 ou superiores. Caso o equipamento não seja bivolt, esta característica deverá ser atendida por meio de fornecimento de um transformador externo com tomada tripolar e potência suficiente para garantir o funcionamento adequado do aparelho.	Obrigatório
Baterias	Recarregáveis, sendo aceitos modelos de bateria específicos do fabricante ou do tipo AA ou AAA, com amperagem mínima de 2.000 mAh.	Obrigatório
Carregador	Carregador compatível com o modelo de bateria fornecido, quando não alimentado por cabo USB.	Obrigatório
Periféricos	Detalhamento	Exigência
Suporte	Conjunto com sargento, haste e suporte que permita regulagem de altura e ajuste de posição /angulação.	Obrigatório
Conformidade	Detalhamento	Exigência
ICAO/OACI	ICAO/OACI 9303	Obrigatório
ISO/IEC	19794-5	Obrigatório

As especificações supra visam descrever equipamentos de captura de face capazes de cumprir com os requisitos mínimos exigidos pelas normas ICAO/OACI 9303 e ISO 19794-4. Para isso é necessário a utilização de **cenário fotográfico** (tela backdrop), especificado na tabela abaixo, que também deve ser fornecido pela contratada.

CENÁRIO FOTOGRÁFICO

Painel	Detalhamento	Exigência
Superfície	Antibrilho, antissombras, antipontos da foto digital.	Obrigatório
Dimensões	65 cm (largura) x 85 cm (altura)	Obrigatório
Formato	Deve ser capaz de operar entre 0° e 50° C.2 faces, em cinza 18% (RGB 210, 210, 210) ou padrão Munsell N4 (para servir de balanço de branco) e outra face que permita que a foto capturada resulte em uma imagem com fundo totalmente branco, limpo e sem sombras.	Obrigatório
Conformidade	ICAO/OACI 9303	Obrigatório
Suporte para painel tripé	Detalhamento	Exigência
Tipo	Tripé com haste telescópica em 3 seções.	Obrigatório
Material	Alumínio e plástico de engenharia de alta resistência.	Obrigatório
Dimensões	Permitir o ajuste de altura da base do painel entre 0.45 m e 0.85 m do solo.	Obrigatório
Peso	2kg (dois quilogramas).	Máximo Obrigatório

Manuseio	Ser de fácil montagem e desmontagem sem auxílio de ferramentas, permitindo que o painel seja alternado entre as duas faces (lado branco e cinza).	Obrigatório
----------	---	-------------

O equipamento **Scanner de mesa** do tipo ADF deve atender aos seguintes requisitos:

SCANNER DE MESA DO TIPO ADF

Características	Detalhamento	Exigência
Resolução	Óptica de 600 DPI não interpolados ou superior.	Obrigatório
Sensor	Tecnologia de Digitalização CMOS, CCD ou CIS com iluminação LED	Obrigatório
Velocidade ADF	35 ppm (folhas por minuto) para documentos de um lado (Simplex) a uma resolução de 300 DPI.	Obrigatório
Voltagem	Possuir alimentação elétrica operando de 100 – 130 volts e de 190 - 240volts, 50/60 Hz (ajuste automático). Caso o Scanner não seja bivolt, esta característica deverá ser atendida por meio do fornecimento de um transformador externo com tomada tripolar e potência suficiente para garantir o funcionamento adequado do equipamento, conforme parágrafos 63. a 65.	Obrigatório
Painel	Painel LCD no scanner para apresentação das operações, configurações, nomes dos perfis de digitalização, falhas e funcionalidades.	Obrigatório
Ciclo Diário	Para o formato A4, mínimo de 5.000 folhas para o ADF e 60 folhas para a mesa digitalizadora	Obrigatório
Interface de Conexão	USB 2.0 ou superior.	Obrigatório
Cromatismo	Policromático	
Alimentador ADF	Alimentação automática para documentos com múltiplas folhas, com capacidade de 50 folhas ou superior	Obrigatório
Formatos de Saída	PNG, TIFF, JPEG, BMP, RTE, PDF, PDF pesquisável, PDF/A.	Obrigatório

O equipamento **Pad de assinaturas** deve atender aos seguintes requisitos:

PAD DE ASSINATURAS

Características	Detalhamento das características	Exigência
Tecnologia	Tecnologia não sensível à pressão	Obrigatório
Área	Área de captura de 4" x 5"	Mínimo obrigatório
Resolução	410 PPI	Mínimo obrigatório
Caneta	Caneta com ponta seca	Obrigatório
Qualidade	Controle de qualidade automatizado durante o processo de captura da assinatura digital, rejeitando as imagens mal capturadas (erro de posicionamento, imagem muito clara ou muito escura) e permitindo a repetição da operação.	Obrigatório

O software a ser utilizado nas estações de trabalho para coleta de informações biográficas nas unidades de atendimento a migrantes será o SISMIGRA, no tocante ao CRNM e ao DPRNM, desenvolvido pela Polícia Federal e de sua propriedade.

O software para coleta presencial das informações biométricas deverá ser fornecido pela contratada, devendo atender, minimamente, aos seguintes requisitos:

Registrar, processar e enviar os dados biométricos (coleta decadatilar, captura de face e de assinatura) e os documentos digitalizados, comunicando-se com o navegador de Internet por meio de protocolos web ou recursos da especificação HTML 5.

Em nenhum momento o software desenvolvido pela contratada irá se comunicar diretamente com os servidores de dados da Polícia Federal.

Permitir integração com outros dispositivos de captura fotográfica de modelos diversos, além do modelo fornecido, para a aquisição de fotografias, as quais deverão atender aos padrões ICAO/OACI 9303 e ISO/IEC 19794-5 (ou equivalente).

Se durante o curso do contrato, a câmera fotográfica fornecida não estiver mais disponível no mercado, a integração de um novo dispositivo é de responsabilidade da contratada.

No caso em que a estação de coleta esteja inoperante por qualquer motivo, ou em casos excepcionais a critério da Administração Pública, a coleta poderá ser feita manualmente ou na estação de coleta da própria contratante, onde disponível, contendo todos os dados biométricos e biográficos.

Para atualização das bases de dados e confecção de CRNM ou DPRNM, os documentos produzidos na situação de inoperância do serviço, serão carregados no SISMIGRA e depois digitalizados, em no mínimo 500 DPI, e encaminhados à empresa contratada e ao Instituto Nacional de Identificação (INI/DPA/PF), para que proceda manualmente à inclusão dos dados no ABIS ou em outro sistema de identificação biométrica que estiver sendo adotado pela Polícia Federal,

O procedimento de envio de dados para o INI/DPA/PF deve possibilitar e facilitar a inclusão dos dados biométricos em lotes no sistema.

As ações descritas no subitem 3.6.7.6 são de responsabilidade da contratante, cabendo à contratada, quando restabelecida a operacionalidade das estações de coleta, receber os dados biográficos e biométricos para impressão das carteiras, por meio de *Web Service* desenvolvido pela CONTRATADA a partir dos requisitos definidos pela CONTRATANTE.

Realizar controle de sequência, duplicidade e geometria na coleta biométrica de impressões digitais, seguindo o padrão 2x2x1 para as coletas pousadas, seguida da coleta individual de cada digital rolada.

Fornecer mensagem de erro em caso de não batimento biométrico entre a impressão digital rolada e sua respectiva pousada, evitando erros de repetição/inversão de dedo e solicitando nova coleta.

Identificar a presença da dobra interfalangeana e selecionar/recortar a imagem de forma automática, garantindo a leitura das minúcias apenas acima da dobra e o perfeito posicionamento no que se refere à angulação e à centralização da imagem.

Capacidade de retomada da coleta após interrupção, sem perda de dados já coletados e mantendo a consistência do procedimento 2:2:1.

Permitir a visualização da imagem da impressão digital sendo capturada, em tempo real, na interface do usuário; possibilitar a visualização da impressão digital após a coleta.

interface software usuário deve expressamente indicar qual/quais dedos serão coletados e qual a forma de coleta (pousado e rolado)

Disponibilizar funcionalidades para o controle de qualidade da coleta, mitigando, em tempo real, vícios de captura.

Oferecer indicações visuais e/ou sonoras para auxiliar o operador na captura das impressões digitais, evitando-se a derrapagem horizontal, vertical e a torção do eixo na imagem, a rolagem dos dedos com velocidade inadequada, emitindo indicações dinâmicas de orientação para a captura da impressão digital rolada.

Evitar o mau posicionamento do dedo para a coleta, incluído indicações do correto posicionamento.

Disponibilizar recursos que evitem fraudes com simulacros que se assemelhem à impressão digital.

Controle qualidade proprietário e NIST NFIQ 2.0, da coleta biométrica.

Disponibilizar funcionalidades que permitam o acionamento automático do leitor quando o usuário pousar o dedo para a captura pousada bem como permitir o acionamento automático da captura rolada quando o usuário iniciar a rolagem do dedo;

O início da captura das impressões digitais roladas poderá ser feito por indicação no software (clique na tela) e, a partir deste acionamento inicial, a captura deverá ser automática para os dedos subsequentes.

Possuir controle de eventos já realizados para que a captura, em caso de interrupção, possa ser retomada do ponto onde foi interrompida, devendo ainda, permitir o controle de sequência da coleta, oportunizando, a comando do operador, a repetição da coleta de qualquer das impressões digitais de qualquer dedo, possibilitando, ainda, o registro de fenômenos como: amputações e ausências de coleta.

Detectar efeito cortina e arrastamento, solicitando nova captura das impressões digitais.

Permitir adicionar exceção de dedo para indicar a presença de enfaixamentos, amputações ou outras que impossibilitem a coleta de determinado dactilograma.

Permitir a visualização da imagem da assinatura sendo capturada, em tempo real, na interface do usuário; possibilitar a visualização da assinatura após a coleta e permitir recaptura da assinatura quando o operador julgar necessário.

Permitir captura direta da foto por meio de conexão física entre um notebook/desktop e o dispositivo de captura de imagens digitais, sem necessidade de intervenção direta nos comandos do dispositivo de captura de imagens digitais, realizando o enquadramento automático da face, permitindo ao operador alterar ou indicar a posição dos olhos após a detecção para o posterior enquadramento conforme o padrão.

O software deve ser capaz de gerar imagens da face em conformidade com os padrões ICAO/ OACI 9303 e ISO/IEC 19794-5, incluindo:

CARACTERÍSTICAS DAS IMAGENS A SEREM GERADAS

Características	Detalhamento das características	Exigência
Formato de imagem	JPEG e JPEG2000.	Mínimo obrigatório
Resolução	120 pixels entre o centro dos olhos.	Mínimo obrigatório
Relação entre altura e largura da imagem (razão de aspecto)	Altura / largura.	Mínimo 1,25 Máximo 1,34
Altura da cabeça em relação à altura da imagem	Altura da cabeça / altura da imagem. Observação: crianças até 11 anos, entre 0,5 e 0,8.	Mínimo 0,7 Máximo 0,9
Largura da imagem em relação à largura da cabeça	Largura da imagem / largura da cabeça.	Mínimo 1,4 Máximo 2,0
Posicionamento da face na imagem – horizontal	Posição do ponto central entre o centro dos olhos em relação à largura da imagem.	Mínimo 0,45 Máximo 0,55
Posicionamento da face na imagem – vertical	Posição do ponto central entre o centro dos olhos em relação à altura da imagem. (0 corresponde à linha superior da imagem)	Mínimo 0,3 Máximo 0,5
Iluminação da imagem	Iluminação homogênea com bom contraste, sem saturação e reflexão especular.	Mínimo obrigatório
Faixa dinâmica na região da face	Quantidade de níveis de cinza na região da face para imagem em escala de cinza.	Mínimo 128
Cor natural	Cor da pele natural e sem olhos vermelhos.	Mínimo obrigatório
Plano de fundo	Fundo de cor uniforme, plano, sem sombras ou texturas.	Mínimo obrigatório

Foco	Toda a face em foco, sem distorção radial perceptível.	Mínimo obrigatório
Posição	A imagem só deve conter uma face, com ombros e face em posição frontal.	Mínimo obrigatório
Expressão	A expressão da face deve ser neutra, de boca fechada e sem sorriso, de olhos abertos, não arregalados, com olhar direcionado à câmera e sem franzimento ou levantamento das sobrancelhas.	Marcação no header da imagem, caso não seja possível atender ao requerimento
Obstruções	Não deve haver obstruções na face como óculos opacos, chapéu, cabelos, etc.	Marcação no header da imagem, caso não seja possível atender ao requerimento
Características	Avaliação automática de parâmetros de imagem facial que devem ser informados ao operador, caso não estejam de acordo com o padrão	Exigência
Detecção de face	Detecção automática de que a imagem contém uma, e apenas uma, face.	Mínimo obrigatório
Detecção de olhos	Detecção automática das posições dos centros dos olhos e alarme se a distância entre o centro dos olhos for menor do que 120 pixels.	Mínimo obrigatório
Rotação de cabeça	Avaliação automática de rotação de cabeça no eixo perpendicular ao plano paralelo ao sensor de imagem e alarme se maior que 5°.	Mínimo obrigatório
Detecção de olhos abertos	Detecção automática de olhos fechados e obstruídos.	Mínimo obrigatório
Detecção de boca	Detecção automática de sorriso em que aparecem os dentes e boca aberta.	Mínimo obrigatório
Detecção de fundo	Detecção automática de fundo não uniforme.	Mínimo obrigatório
Detecção de escala de cinza	Avaliação automática da quantidade de níveis de cinza na região da face para imagem em escala de cinza e alarme se a quantidade for menor do que 128.	Mínimo obrigatório
Detecção de saturação	Detecção automática de saturação na região da face.	Mínimo obrigatório

Contemplar funcionalidade para realizar a impressão das impressões digitais, fotografias, assinaturas e dados biográficos de acordo com um formato de impressão pré-definido em uma impressora pré-configurada;

Disponibilizar teclas de atalho para todos os comandos do Sistema;

Contemplar informação referente ao status do procedimento, realizando o controle de qualidade, no sentido de apontar se a coleta ou captura está adequada ou não, evitando o registro de dados que contenham erros, tais como impressão digital borrada ou presença de artefatos de iluminação na região dos óculos nos termos das normas definidas pela ICAO/OACI.

A captura da imagem deve possibilitar mais de uma coleta, possibilitando que pessoas que utilizam óculos tenham duas capturas, o que é importante para os softwares que fazem reconhecimento facial.

Filtragem e rejeição de resíduos de imagens de impressões digitais.

Verificação da capacidade de análise de presença de sujeira no prato do leitor de coleta com parametrização para determinação do limiar de ação para determinar calibragem ou rejeição.

Para importação dos dados biométricos em arquivos, as seguintes especificações devem ser atendidas:

Especificação ANSI/NIST-ITL 1-2011 NIST Special Publication 500-290 Edition 3 (2015) - Data Format for the Interchange of Fingerprint, Facial & Other Biometric Information, considerando os registros dos tipos 1 (transaction information), 2 (user-defined descriptive text), 4 (high-resolution grayscale fingerprint image), 9 (minutiae data, incluindo EFS), 10 (photographic body part imagery), 14 (variable-resolution fingerprint image), 15 (variable-resolution palm print image), 17 (iris image) e 99 (CBEFF biometric data record), e a codificação dos dados seguindo os padrões delimitados nos Anexos B (traditional encoding) e C (NIEM-Conformant encoding rules);

Especificação ISO 19794:2011, partes 1 (framework), 2 (finger minutiae data), 4 (finger image data), 5 (face image data) e 6 (iris image data), contemplando as codificações binária e XML;

Especificação ISO 19785:2015 (CBEFF), partes 1 (data element specification) e 3 (patron format specifications); e

Especificações ANSI/INCITS 378 (finger minutiae), 381 (finger image) e 398 (CBEFF).

Define-se KIT DE BIOGRAFIA como sendo composto pelos periféricos e seus softwares:

Scanner do tipo ADF com mesa digitalizadora integrada/acoplada

Define-se KIT DE BIOMETRIA como sendo composto pelos periféricos e seus softwares:

Leitor biométrico 2x2x1 para estação de cadastramento civil

Equipamento de captura de face do tipo câmera fotográfica

Cenário fotográfico

PAD de assinaturas

Define-se KIT DE IDENTIFICAÇÃO COMPLETO como sendo o somatório dos kits antecessores, de BIOGRAFIA e BIOMETRIA e, portanto, contendo todos os periféricos em questão.

Assegura-se à CONTRATANTE, a partir do quinto ano de contrato, a qualquer tempo, solicitar à CONTRATADA que atualize o parque tecnológico.

Esta atualização visa manter a qualidade e eficiência na prestação do serviço ao cidadão, de modo a libertar a obrigação da CONTRATANTE de manter equipamentos ultrapassados por ainda estar na vigência contratual que os implementou.

A CONTRATADA terá 90 dias, a partir da formalização da solicitação da CONTRATANTE, para concluir a atualização em todas as localidades.

Por atualização do parque tecnológico entende-se:

substituição da câmera fotográfica por uma mais moderna que cumpra todos os requisitos da anterior;

substituição do leitor biométrico de digitais por um mais moderno que cumpra todos os requisitos da anterior;

substituição do PAD de assinatura por um mais moderno que cumpra todos os requisitos da anterior;

substituição do scanner por um mais moderno que cumpra todos os requisitos da anterior;

A adaptação necessária a nível de software correrá às custas da CONTRATADA.

A contratante se reserva no direito de solicitar esta atualização de modo parcial, sem necessariamente implicar na substituição de todos os periféricos, de modo que pode-se atualizar apenas o pad de assinatura, se for de seu interesse.

A solicitação de atualização do parque tecnológico só poderá ser realizada uma vez por tipo de periférico durante toda a vigência contratual.

No que tange ao documento em FORMATO DIGITAL:

A solução a ser desenvolvida atenderá aos requisitos de segurança, integridade, padronização, validade jurídica e interoperabilidade, nos termos das recomendações a serem estabelecidas pela Diretoria de Tecnologia da Informação e Inovação (DTI/PF), bem como os previstos na Portaria DG/PF nº 16.362, de 15 de junho de 2022;

Todo software e seus componentes desenvolvidos pela CONTRATADA, assim como sua documentação e demais artefatos deverão ser entregues à CONTRATANTE, que terá o direito de propriedade e direito autoral irrestrito sobre eles, sendo vedada qualquer comercialização por parte da CONTRATADA.

É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a aquisição de software de apoio aos serviços prestados, não havendo qualquer responsabilidade da CONTRATANTE com respeito aos direitos de propriedade, inclusive os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual sobre os programas.

A CONTRATADA deverá desenvolver aplicativos de celular (Android e IOS) seguindo os requisitos técnicos elencados abaixo. O desenvolvimento deverá respeitar as regras negociais a serem refinadas oportunamente com a CONTRATANTE.

Os aplicativos deverão ser publicados na loja do governo federal e, para tal, seu código fonte deve ser fornecido para compilação e publicação diretamente pela CONTRATANTE.

A solução será baseada no uso de Certificados Digitais de assinatura digital e de atributos conforme normas e padrões da ICP-Brasil - Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira;

Terá o certificado de atributo com validade/duração definidos pela instituição e conterá todas as informações do documento físico;

Estará vinculado ao QR-Code (Quick Response Code) do documento físico ou outra chave de acesso indicada pela contratante;

O aplicativo da carteira digital deve permitir opções de login tanto pelo GOV.BR quanto utilizando formulário próprio de cadastramento;

O aplicativo deve impedir a captura de tela;

O aplicativo deve apresentar o documento digital vinculado em layout similar ou idêntico ao documento físico, conforme solicitado pela CONTRATANTE.

Para vincular o documento digital ao dispositivo do solicitante:

Ler o QR-Code que consta do documento físico ou outra chave indicada pela contratante;

Fazer o reconhecimento biométrico da face do portador do dispositivo em comparação com a foto do documento;

Fazer a prova de vida (liveness check) do portador do dispositivo para evitar fraudes;

Um documento digital vinculado deve estar disponível tanto online quanto offline, utilizando-se de senha ou biometria para acesso;

Um documento digital só pode estar vinculado a um dispositivo móvel. A vinculação em um segundo dispositivo móvel acarretará a desvinculação automática do anterior.

Um documento digital vinculado deve permitir ser exportado em PDF assinado digitalmente pela CONTRATANTE com possibilidade de verificação de conformidade pela ICP-Brasil;

Um documento digital vinculado deve possuir um validador dinâmico com atualização a cada 30 segundos na forma de um QR-Code para confirmar a autenticidade do documento.

O aplicativo deverá possibilitar a consulta deste QR-Code, validação e confirmação da autenticidade do documento;

Deve ler o QR-Code do documento digital e retornar as informações do documento, situação quanto à ativo ou inativo, data de validade e foto;

A CONTRATADA deve desenvolver um Web Service para ser consumido pela CONTRATANTE para atualizar a situação das carteiras (ativa ou inativa) de modo a propagar a situação atualizada para o aplicativo, desvinculando as carteiras que forem atualizadas para a situação inativa, por exemplo, ou permitindo a vinculação de carteiras atualizadas para situação ativa.

Para homologação de novas versões do aplicativo, devem ser usados APP Tester para Android ou Test Flight para IOS, disponibilizados a um grupo de pessoas a ser definido pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá armazenar para fins de AUDITORIA informações como, mas não limitadas a:

Registrar informações básicas do usuário, do dispositivo e da ação realizada.

O suporte de nível 1 ficará a cargo da CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá prover suporte técnico de níveis 2 e 3 ao aplicativo e demais sistemas ou APIs que compreenderem a solução completa.

A CONTRATANTE notificará a CONTRATADA a respeito da necessidade de suporte, que deverá ser atendido em até 48 horas úteis. Considerar-se-á atendido uma solicitação após o ateste da CONTRATANTE neste sentido.

A CONTRATADA deverá utilizar a ferramenta de gerenciamento de chamados de tecnologia da informação (ITSM) a ser definida pela CONTRATANTE de modo a formalizar as notificações e contabilização dos seus respectivos prazos de atendimento para apuração de sanções administrativas cabíveis, conforme contrato.

Os aplicativos devem ser compatíveis com qualquer versão superior à IOS 11 ou Android 5.0.

Os aplicativos devem ser mantidos e atualizados conforme for necessário, para corrigir defeitos ou para adaptá-los a uma nova versão de sistema operacional (IOS ou Android), sem custo adicional à CONTRATANTE, quantas vezes for necessário, durante toda a vigência contratual.

A CONTRATADA deverá lançar uma atualização do aplicativo a partir da notificação da CONTRATANTE em:

48 horas úteis dias em caso de defeitos impeditivos (que ocasionam indisponibilidade do serviço);

5 dias úteis para os demais defeitos reportados;

30 dias em caso de atualização de versão de sistema operacional (IOS ou Android).

A CONTRATADA será responsável pelo recebimento e disposição final dos resíduos sólidos, assim entendidos os relativos aos documentos produzidos que não tenham mais utilidade.

O desrespeito aos prazos acarretará as sanções administrativas conforme contrato.

5. Levantamento de Mercado

A instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022 estabeleceu, no seu art. 9º, que o levantamento de mercado pode contemplar contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como organizações privadas, no contexto nacional e internacional, com o objetivo de identificar novas metodologias, tecnologias e inovações que melhor atendam a necessidade da Administração, podendo incluir audiência e/ou consulta pública, preferencialmente de forma eletrônica, além de serem avaliados os custos e benefícios de cada opção de compra, locação e acesso a bens, além de outras opções logísticas menos onerosas para a Administração.

Pesquisas na base de dados do Sistema ETP Digital utilizando-se os parâmetros "carteira", "carteira de identidade", "documento", "documento de identificação", e "solução integrada" não foram identificadas soluções novas para a demanda atual da Polícia Federal.

No Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) as mesmas expressões resultaram em processos licitatórios de carteiras de identidade profissional, crachás, CNH, plataforma digital em nuvem para solução de controle e expedição de documentos oficial, captura de imagens e solução de comparação biométrica, cartões smart card com chip. Identificou-se uma variação de soluções que podem adotar diferentes substratos para a confecção dos documentos de identificação, grande variedade de itens de segurança nos documentos, incluir equipamentos periféricos de coleta de biometria, e até contemplar o fornecimento mão de obra para serviço de atendimento ao público, em conjunto com o fornecimento do documento confeccionado. A solução pode, ainda, incluir a entrega do documento de identificação no órgão ou na residência do cidadão.

A responsável pela demanda participou de dois eventos internacionais referentes a identidade legal de imigrantes, e teve a oportunidade de conversar com autoridades de outros países e representantes de grandes empresas que atuam no setor de emissão de documentos de identificação, passaportes, vistos eletrônicos e documentos afins, e as inovações existentes no mercado se referem aos equipamentos de coleta de biometria (cada vez mais sofisticados), e novos itens de segurança documental. Entretanto durante a fase de planejamento entendeu-se que o padrão atual oferece nível de segurança suficiente e não eleva em demasia os custos de produção de documentos. Assim, a equipe de planejamento optou pela manutenção da solução já adotada no processo licitatório anterior, que se mostrou adequado aos seus fins.

Dentre as opções de documentos de identificação disponíveis atualmente no mercado, a unidade demandante optou pela contratação da emissão de documentos confeccionados em cartão revestido com poliéster amorfo, contendo uma camada de poliolefina, seguindo o padrão de segurança recomendado pelo Setor de Perícias Documentoscópicas da Polícia Federal, especializado em segurança documental.

Além disso resolveu incluir o fornecimento dos equipamentos periféricos de coleta de biometria e biográfica na prestação do serviço, por entender que facilitaria a ampliação do parque de atendimento, se necessário, além de permitir a renovação dos equipamentos utilizados com maior celeridade. Esta solução já disponível no mercado foi adotada no processo licitatório anterior, após a realização de audiências públicas com potenciais fornecedores do serviço de confecção de documentos de identidade, por ser mais eficiente e menos onerosa para a administração.

Também com base nas melhores práticas disponíveis, a contratação inclui a disponibilização do documento em meio digital, atendendo as diretrizes da Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021.

Com estes levantamentos iniciais, ficou esclarecido que no momento não há novas soluções para atendimento da demanda que sejam melhores, mais modernas, mais eficientes, menos onerosas e aptas a atender com satisfação as necessidades da Administração Pública, do que o objeto de contratação proposto.

A pesquisa de preços foi realizada considerando os critérios fixados pela IN 65/2021-SEGES/ME, especialmente em seu art. 5º, que assim estabelece:

"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital.

V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

§ 2º Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores, nos termos do inciso IV, deverá ser observado:

I - prazo de resposta conferido ao fornecedor compatível com a complexidade do objeto a ser licitado;

II - obtenção de propostas formais, contendo, no mínimo:

a) descrição do objeto, valor unitário e total;

b) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente;

c) endereço físico e eletrônico e telefone de contato;

d) data de emissão; e

e) nome completo e identificação do responsável.

III - informação aos fornecedores das características da contratação contidas no art. 4º, com vistas à melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado; e

IV - registro, nos autos da contratação correspondente, da relação de fornecedores que foram consultados e não enviaram propostas como resposta à solicitação de que trata o inciso IV do caput.

§ 3º Excepcionalmente, será admitido o preço estimado com base em orçamento fora do prazo estipulado no inciso II do caput, desde que devidamente justificado nos autos pelo agente responsável e observado o índice de atualização de preços correspondente." **(grifo nosso)**

Em consulta ao Painel de Preços no dia 03/11/2023, com abrangência de todas as compras realizadas nos últimos 12 meses, considerando o **CATSER 00001738-8** - confecção de documentos oficiais, foram selecionados 04 registros, SEI 32480499, sendo:

Pregão DPU Nº 00002/2023 (SRP);

Pregão DPE/AL Nº 15/2023 - Processo Administrativo nº 12070.3074/2023;

Pregão PC/DF Nº 00020/202; e

Pregão PC/DF Nº 00020/2023.

Também foram solicitados orçamentos a quatro fornecedores, conforme e-mails juntados o documento SEI (32480836). Todavia, somente a Casa da Moeda do Brasil e a empresa VALID, SEI (32532174), encaminharam propostas.

Todos os orçamentos obtidos, seja pelo Painel de Preços, seja por solicitação às empresas no mercado, foram analisados no Mapa Comparativo de Preços, SEI (32532182), e depois de submetidos ao método de desvio padrão, conforme Portaria MJSP nº 449, de 18 de maio de 2021 (32555282), chegou-se ao valor final de referência de **R\$ 45,68 (quarenta e cinco reais e sessenta e oito centavos)**.

6. Descrição da solução como um todo

A vencedora do certame deverá fornecer solução integrada que capte e registre os dados biométricos do identificado, necessários à emissão das CRNM's, dos DPRNM's, incluindo todos os insumos e equipamentos próprios para capturar, coletar, processar e produzir os documentos, inclusive na sua versão digital, englobando:

permitir a coleta decadatilar, captura de face e assinatura de cada indivíduo, por meio digital;

permitir digitalização, por escaneamento, de documentos apresentados pela pessoa que será identificada e necessários à identificação biográfica;

fornecimento de solução tecnológica necessária para processamento e envio de dados biométricos, com integração via browser aos sistemas informatizados da Polícia Federal, por meio de protocolos web ou recursos da especificação HTML 5. O software de captura biométrica da CONTRATADA deverá ser capaz de interagir, por meio de WebSocket e/ou HTTP Rest, para atender de

forma reativa a ações de início, coleta e conclusão das capturas de digital, face e assinatura, trafegadas em formato JSON para o navegador web que executa os sistemas utilizados pela Polícia Federal;

processamento dos dados biográficos e biométricos para impressão das carteiras, por meio de Web Service;

produção e personalização das CRNM (dos tipos fronteiro e geral) e do DPRNM (provisório), que deverá conter os elementos de segurança previstos no ANEXO C – Portaria DG/PF nº 11.264, de 2020, e seguir rigorosamente o Projeto Gráfico Matriz das CRNM e do DPRNM (PGM).

as ações de coleta de biometria e digitalização de documentos com dados biográficos previstas nos itens acima serão executadas por pessoal da própria CONTRATANTE, que deve ser orientado sobre a utilização dos equipamentos fornecidos pela contratada.

desenvolvimento e aprimoramento de aplicativo de celular (Android e IOS) seguindo os requisitos técnicos elencados neste documento e respeitando as regras negociais definidas pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA ficará responsável pela entrega e instalação dos equipamentos nos endereços listados no ANEXO A – Unidades de atendimento a migrantes da Polícia Federal, SEI 32480435.

A responsabilidade pela entrega e instalação compete à contratada, para garantir que os produtos disponibilizados estejam em perfeito funcionamento e integração com os sistemas da contratante.

A quantidade inicial de kits de identificação completos que deverá ser fornecida está detalhada no ANEXO B – Equipamentos por unidades da PF, SEI 32531683.

As unidades de atendimento podem solicitar o fornecimento de equipamentos periféricos complementares apenas para a coleta biométrica, dispensando-se o equipamento de digitalização, desde que a unidade já possua um kit de identificação completo.

Deverão dispor de 5 (cinco) kits de identificação completos móveis e portáteis, acondicionados em case ou maleta de transporte, podendo serem utilizadas versões portáteis dos equipamentos para utilização com notebook, mantendo-se a qualidade dos dados coletados, que deverão ser entregues na DRM/CGMIG/DPA/PF.

Estes kits de identificação portáteis serão usados em testes, treinamentos, atendimentos de casos especiais e operações temporárias que demandem a identificação civil de pessoas fora das instalações da Polícia Federal.

Em caso de quebra ou qualquer defeito, ou ainda demanda temporária em determinada unidade de atendimento da Polícia Federal, prevista no ANEXO A – Unidades de atendimento a migrantes da Polícia Federal, competirá à contratante entregá-lo e instalá-lo no local.

Deverá ser considerado o fornecimento de um kit de coleta biométrica para cada 8 (oito) atendimentos que utilizem os periféricos e gerem documentos de identificação por dia, sendo entregue, no mínimo 1 (um) kit de identificação completo para cada localidade.

Caso a localidade realize mais de 8 (oito) atendimentos que geram documento de identificação/dia, deverá ser fornecido um kit para cada múltiplo de oito atendimentos, e outro para a fração superior. Ex: a unidade que produz 10 documentos por dia tem direito a 2 kits biométricos.

Se o número de atendimentos que geram CRNM/DPRNM for entre 1 e 8, deve-se considerar 8 atendimentos e fornecer um kit para a unidade de atendimento da PF.

Desta forma, cada unidade com até 8 atendimentos/dia terá um KIT DE IDENTIFICAÇÃO COMPLETO (composto de 1 kit de BIOGRAFIA somado a 1 kit de BIOMETRIA) de acordo com as definições do item 3.6;

Caso haja diminuição de demanda em alguma unidade da Polícia Federal, poderá a contratada recolher ou remanejar suas estações de trabalho para outra unidade da contratante, sempre respeitando a proporção de 01 unidade para 08 atendimentos no dia (1:8/dia).

Os documentos deverão ser entregues nas respectivas unidades de atendimento a migrantes, informadas em sistema, **em até 10 (dez) dias corridos**, contados da data da disponibilização dos arquivos para produção à empresa contratada.

Este prazo poderá ser **prorrogado para até 30 (trinta) dias**, quando a demanda para aquela localidade for inferior a 50 (cinquenta) documentos emitidos por mês.

A contratada deve possuir sistema apto para realizar a impressão da "carta berço" com dados do imigrante, conforme enviado via Web Service pela contratante.

A CONTRATADA deve consumir Web Service da CONTRATANTE para atualizar o sistema da CONTRATANTE no que tange à situação em que se encontra a carteira em relação ao processo fabril, como por exemplo, “recebida para fabricação”, “fabricada”, “enviada” etc., com requisitos a serem oportunamente definidos pela CONTRATANTE.

É de responsabilidade da CONTRATADA garantir que as informações enviadas foram devidamente recepcionadas e registradas pelo sistema da CONTRATANTE, empregando verificações, redundâncias ou validações conforme julgar necessário.

Após o manuseio da pré-postagem, a contratada deverá entregar os envelopes nas unidades da Polícia Federal, nos prazos estabelecidos neste documento.

Os pagamentos à contratada serão devidos após confirmação da produção e envio para as unidades da Polícia Federal, conforma status em sistema.

Em caso de extravio de remessas, ou erro na destinação dos documentos, a reimpressão e reenvio de documentos corre às expensas da contratada.

O prazo de transição contratual será de 60 (sessenta) dias após a emissão da Ordem de Serviço.

Este prazo poderá ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias desde que, antes do fim do prazo inicialmente previsto, a contratada demonstre ter iniciado todas as tratativas necessárias para a implementação da solução e que não deu causa ao pedido de prorrogação.

O prazo somente será prorrogado mediante o aceite da contratante.

A produção dos cartões de identidade deverá ser realizada de forma automatizada, em ambiente da contratada, externo às instalações da Polícia Federal, e deverá observar:

o atendimento à certificação ABNT NBR 15540:2013, que especifica os requisitos de sistema de gestão de segurança para tecnologia gráfica, a fim de que a empresa possa ser certificada como participante da cadeia produtiva do impresso de segurança ou ou à conformidade com as normas Card Production and Provisioning Physical Security Requirements v2.0, ou versão superior, da PCI Security Standards Council.

a qualificação na ISO/IEC 27001:2013, consistente no padrão e na referência internacionais para a gestão da segurança da informação, segurança cibernética e proteção da privacidade, ou a conformidade com as normas Card Production and Provisioning Logical Security Requirements v2.0 e Card Production and Provisioning Physical Security Requirements v2.0, ou versões superiores, da PCI Security Standards Council, ou, em caso de empresa pública ou sociedade de economia mista, alinhado ao item 9.8.2 do ACÓRDÃO Nº 1233/2012 – TCU, possuir área específica de segurança da informação, aderente às diretrizes governamentais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), e possuir grupo de resposta a incidentes de segurança (Computer Security Incident Response Team - CSIRT).

Havendo necessidade de entrega de novas estações de trabalho, decorrente da criação de novas unidades da Polícia Federal ou do aumento da demanda em determinada localidade, o prazo de entrega dessas estações será de 60 (sessenta) dias, contados da formalização do pedido da contratante à contratada.

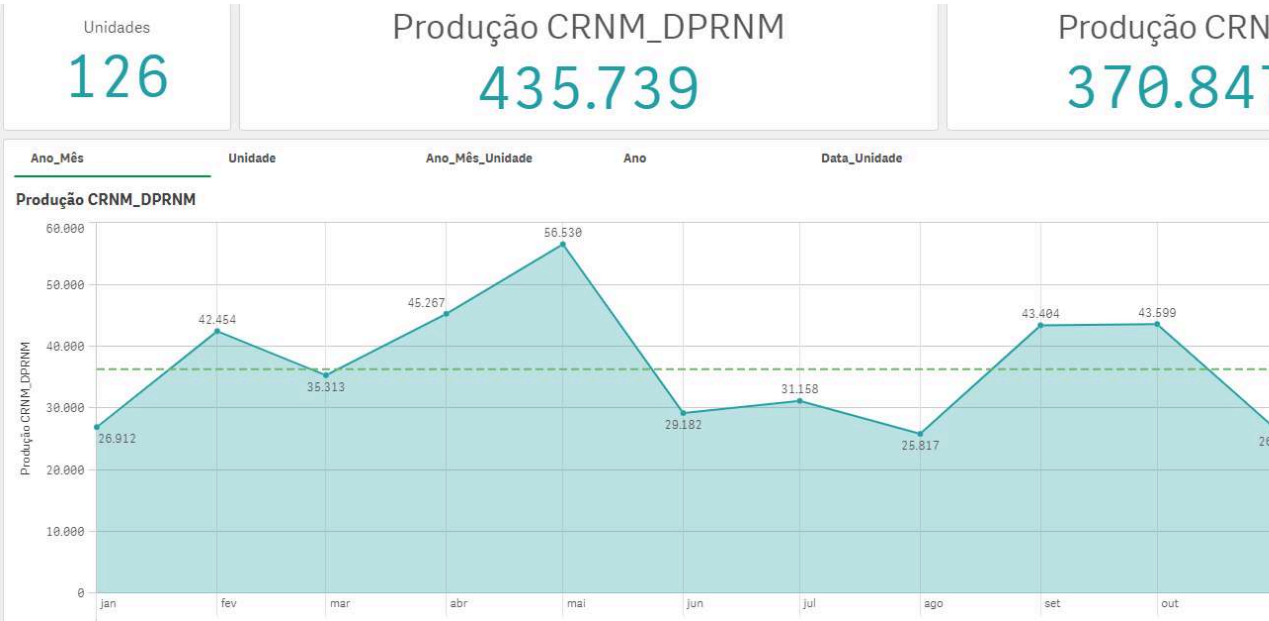
Havendo necessidade de alteração de Projeto Gráfico Matriz, criando ou alterando qualquer modelo de cartão de identificação, essa alteração será solicitada pela Contratante à Contratada, e na necessidade de produção de novo modelo, o fluxo será similar aos procedimentos para produção de CRNM e DPRNM.

A CONTRATADA se responsabilizará pelo recebimento e destinação final adequada dos resíduos sólidos decorrentes dos documentos que não possuam mais validade e ou utilidade.

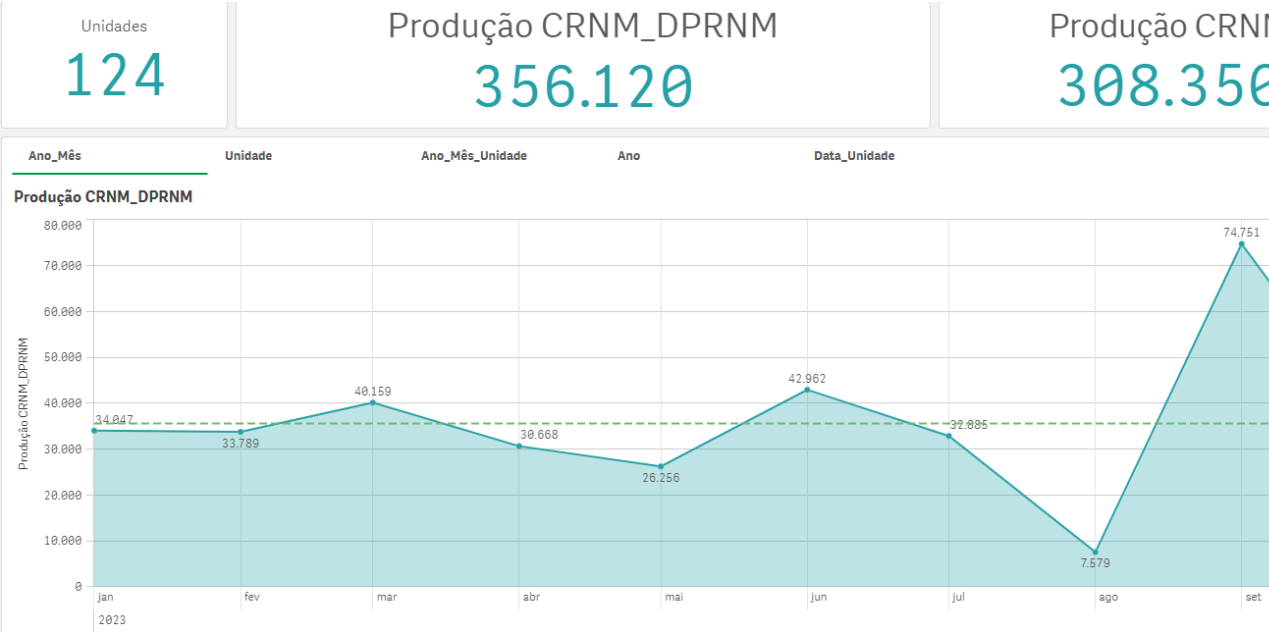
7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Cada unidade de atendimento a migrantes da Polícia Federal deverá receber um kit de identificação completo, independente da quantidade de documentos que gerem CRNM/DPRNM, entretanto farão jus a novos kits de identificação de acordo com a quantidade de atendimentos que gerem documentos, com a proporção de 1 kit de identificação completo para cada 8 carteiras (CRNM/DPRNM) expedidas ou fração, conforme medição dos últimos três meses de produção da unidade.

No ano de 2022 a produção de documentos totalizou **435.739**, com a **média mensal de 36.312** documentos conforme se demonstra:



E no ano de 2023, até o final do mês de outubro, tem-se produzido uma média de **35.612 carteiras por mês**, o que projeta a produção anual para **437.344 documentos até o final do ano**, conforme dados extraídos da ferramenta de BI do SISMIGRA:



Assim, com base na média dos últimos dois anos, entende-se razoável prever no momento uma estimativa de **450.000 documentos a serem produzidos anualmente**.

Entretanto, diante da volatilidade dos movimentos migratórios, que são movidos por uma série de fatores complexos e imprevisíveis, a estimativa da quantidade de carteiras a serem produzidas deve ser recalculada a cada 30 meses, a fim de possibilitar ajustes no momento da repactuação.

Caso não seja possível que a estimativa seja recalculada a cada 30 meses, a estimativa deve ser aumentada para 480.000 documentos por ano, a fim de ter certa margem de crescimento da produção e adequação ao crescimento do movimento migratório.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 21.685.500,00

O valor estimado da contratação foi obtido através da elaboração da análise documentada no documento SEI 32532182, e posteriormente sofreu o ajuste contido no documento 32555282, decorrente da aplicação do método de desvio padrão determinado na Portaria MJSP nº 449, de 18 de maio de 2021, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados.

Assim, o **valor de referência unitário** do serviço é de **R\$ 45,68 (quarenta e cinco reais e sessenta e oito centavos)** perfazendo o valor total estimado de R\$ 20.556.000,00 (vinte milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil reais) ao longo de 12 (doze) meses, e de R\$ 51.390.000,00 (cinquenta e um milhões, trezentos e noventa mil reais) para o prazo de 30 (trinta e dois) meses. A quantidade de carteiras produzidas mensalmente pode variar ao longo do contrato.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra para as contratações na Administração Pública é o parcelamento das contratações, contudo, no caso em tela, o parcelamento pode trazer entraves, riscos ou mesmo prejuízo para o conjunto da solução. Vejamos abaixo os motivos para o não parcelamento da contratação:

o foco da contratação é um só: a confecção de documentos de identificação, mediante fornecimento pela contratada de equipamentos periféricos necessários para a coleta de dados biométricos e comprovação biográfica das pessoas identificadas, a fim de assegurar uniformidade e qualidade na obtenção dos dados individuais.

realizar as etapas de digitalização dos documentos, a coleta de dados biométricos e assinatura, sem a emissão do documento correspondente não se configura objeto do contrato para fins de remuneração, que se baseia em documentos produzidos;

a realização dos serviços por empresas distintas pode trazer prejuízos à execução dos serviços tendo em vista a possibilidade de pane em alguma das etapas preparatórias para a confecção do documento;

a execução dos serviços de forma parcelada poderia implicar em maior risco de vazamento de dados dos migrantes;

como os periféricos que serão utilizados ficarão ligados à rede da Polícia Federal para a transmissão dos dados coletados para a confecção dos documentos, abre-se uma janela mais significativa para riscos à rede interna do órgão; e

possibilidade de perda de confidencialidade, sigilo e padronização do serviço como um todo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratações correlatas ou interdependentes a esta, a não ser, os contratos que ainda estão vigentes, com os mesmos objetos aqui referidos, e que deverão ser substituídos ao final deste procedimento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O Planejamento Estratégico da Polícia Federal para 2021-2023 tem como finalidade:

"direcionar os investimentos e o emprego de outros recursos materiais e humanos de modo a concentrá-los na busca da transformação desejada da Polícia Federal rumo à era da informação, tendo como diretrizes a missão e a visão de futuro incluídas neste planejamento, bem como a cadeia de valor do planejamento estratégico do Ministério da Justiça, no que é pertinente à PF, bem como maximizar os resultados obtidos através das Políticas Públicas sob responsabilidade da PF."

Com base no excerto transcrito acima, verificamos que a pretensa contratação está alinhada com a transformação do órgão junto à era da informação, da modernidade, da agilidade e confiabilidade da prestação dos serviços ao público alvo. Aprofundando na leitura do referido documento, vemos que o Plano Estratégico da Polícia Federal 2021/2023, SEI 32481438, correlaciona as políticas públicas previstas no Plano Plurianual com seus objetivos estratégicos, sendo uma de suas prioridades o fortalecimento de ações em benefício da cidadania. Neste contexto essa nova contratação está inserida nos seguintes Planos Estratégicos:

Plano Estratégico nº 7 (PE7) - Nova solução para o controle migratório brasileiro. Cujo objetivo estratégico é fomentar as ações em benefício da cidadania por meio de ações estratégicas para modernizar os controles regulatório e fiscalizatório e ainda otimizar os serviços ao usuário e cidadão;

Plano Estratégico nº 9 (PE9) - ABIS Nacional - Rede Integrada de Bancos Multibiométricos. Cujos objetivos estratégicos são fomentar as ações em benefício da cidadania e fortalecer o enfrentamento à criminalidade por meio de ações estratégicas de modernização dos controles regulatórios e fiscalizatório a fim de garantir a identificação inequívoca do cidadão.

Na mesma toada, a contratação ora pretendida se correlaciona ao planejamento que entrará em vigor para o período de 2024/2027, SEI 32481491, que é a continuidade aprimorada do atual.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação pretende, além de manter a prestação dos serviços à população migrante e aos servidores de Polícia Federal, manter a agilidade no atendimento do cidadão migrante, o padrão de confiabilidade e segurança no documento emitido e permitir que o migrante regularmente identificado possa usufruir das políticas públicas destinadas a ele.

Ademais, considerando que o atual contrato está próximo de exaurir o seu objeto, a despeito de sua vigência encerrar-se apenas no segundo semestre de 2024, esta nova licitação pretende impedir interrupção dos serviços que são essenciais para essa população.

13. Providências a serem Adotadas

Para a execução do contrato, não há necessidade de adequações físicas nas unidades de prestação de serviço.

Os insumos e equipamentos necessários para a execução dos serviços deverão ser fornecidos pela empresa contratada conforme regras e critérios definidos no item 3 deste documento.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Os serviços a serem contratados devem possuir critérios e práticas de sustentabilidade em relação aos materiais e equipamentos, bem como a previsão da adequada execução a fim de atender as demandas sem infringir a legislação ambiental aplicável.

O contratado deverá se atentar ao que preconizam a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e a Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010, regulamentada pelo Decreto 10.936, de 12 de janeiro de 2022, no que lhe couber.

As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, se pautam por pressupostos que deverão ser observados tanto pela Contratada como pela Contratante, a saber:

racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

treinamento/capacitação periódica dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;

realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

aquisição de materiais em conformidade com a Legislação Ambiental vigente, sendo:

que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A viabilidade justifica-se em razão da experiência adquirida nas contratações pretéritas com os mesmos objetos, além de observar a legislação vigente que rege as contratações no setor Público.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Chefe da DRM/CGMIG/DPA/PF

INDIRA LIMA CROSHERE

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 17/01/2024 às 15:23:34.

Despacho: Chefe Substituta da DRM/CGMIG/DPA/PF

NELBE FERRAZ DE FREITAS

Membro da comissão de contratação

Despacho: SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

DANILO DE ALBUQUERQUE

Membro da comissão de contratação

Despacho: SECOM/DICON/CGAD/DLOG/PF

CAMILA FRANCO LOBATO ARAUJO

Membro da comissão de contratação

Despacho: INI/DPA/PF

FERNANDO FERREIRA REZENDE FREITAS

Membro da comissão de contratação

Despacho: INI/DPA/PF

PAULO AYRAN DA SILVA BEZERRA

Membro da comissão de contratação

Despacho: SEPDOC/DPLAD/INC/DITEC/PF

ALESSANDRA NEPOMUCENO BARBOSA

Membro da comissão de contratação

Despacho: SEPDOC/DPLAD/INC/DITEC/PF

FELIPE FERREIRA PAULUCIO

Membro da comissão de contratação

Despacho: SDS/CDS/CGTI/DTI/PF

VITOR FONSECA FARAGE

Membro da comissão de contratação

Despacho: Responsável pela Fiscalização Titular

LUIS GUSTAVO DE MELO CORDEIRO

Membro da comissão de contratação

Despacho: Responsável pela Fiscalização Substituto:

SERGIO MARCOS DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO A - Endereços das Unidades de atendimento a migrantes da Polícia Federal.xlsx (21.18 KB)
- Anexo II - ANEXO B - Nº de KITS por unidade da PF.xlsx (17.12 KB)
- Anexo III - ANEXO_C___Portaria_11.264_de_24_de_Janeiro_de_2020.pdf (1.01 MB)
- Anexo IV - ANEXO_D___Portaria_DG.PF_16.362.2022_Carteira_Digital.pdf (465.01 KB)
- Anexo V - ANEXO E e F - Fluxo da integração.pdf (211.19 KB)

**Anexo III - ANEXO_C___Portaria_11.
264_de_24_de_Janeiro_de_2020.pdf**

PORTARIA Nº 11.264, DE 24 DE JANEIRO DE 2020

PUBLICADA NO DOU Nº 23 de 03/02/2020, Seção 1, Página 62

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso V do art. 36 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 155, de 27 de setembro de 2018, do Senhor Ministro de Estado da Segurança Pública, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União nº 200, de 17 de outubro de 2018; e tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.631, de 26 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Instituir, com validade em todo território nacional, conforme anexos, novos modelos para:

I - Carteira do Registro Nacional Migratório - CRNM, destinada a:

- a) imigrantes detentores de visto temporário;
- b) imigrantes detentores de autorização de residência; e
- c) residentes fronteiriços; e

II - Documento Provisório de Registro Nacional Migratório - DPRNM, destinado a solicitantes de reconhecimento da condição de refugiado.

Art. 2º O imigrante poderá requerer, a qualquer tempo, a inclusão de seu nome social em seus documentos oficiais.

Art. 3º A CRNM e o DPRNM serão confeccionadas em cartão revestido com poliéster amorfo, contendo uma camada central de poliolefina, conforme modelos vistos no anexo, e conterão os seguintes itens de segurança:

I - QR Code (Código de barras bidimensional);

II - código OCR (Optical Character Recognition);

III - OVD (Dispositivo Opticamente Variável na cor dourada); IV - erros deliberados e fontes alteradas;

V - fotografia fantasma;

VI - fundo gradiente com guilhoche;

VII - imagem embaralhada;

VIII - impressão ultravioleta multicolorida;

IX - linhas finas;

X - microimpressões;

XI - microimpressão de dados variáveis;

XII - tinta de segurança OVI com variação óptica de azul para verde; e

XIII - tinta de segurança antistoke.

Art. 4º A CRNM de fronteiroço e o DPRNM não substituem documentos de viagem internacional, quando necessária a realização de controle migratório.

Art. 5º A CRNM terá a validade de nove anos, contados a partir da data do registro, quando se tratar de residência por prazo indeterminado.

§ 1º Na hipótese de que trata o caput, a validade da CRNM será indeterminada quando o titular:

I - houver completado sessenta anos de idade até a data do vencimento do documento;
ou

II - for pessoa com deficiência.

§ 2º Na hipótese de residência temporária, o prazo de vencimento da CRNM coincidirá com o término do prazo da autorização de residência.

Art. 6º A validade do DPRNM é condicionada:

I - ao julgamento definitivo do processo pelo Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE; e

II - à renovação anual do cadastro de solicitante de reconhecimento da condição de refugiado.

Parágrafo único. A validade do documento de identificação poderá ser conferida por meio de consulta ao código de barras bidimensional, padrão QR Code.

Art. 7º As carteiras emitidas em conformidade com a Portaria nº 8.728-DG/PF, de 21 de agosto de 2018, permanecem válidas até a data de validade expressa no documento, para todos os efeitos de direito, desde que o imigrante:

I - não obtenha naturalização;

II - não faça opção pela nacionalidade brasileira;

III - não obtenha igualdade de direitos; ou

IV - não tenha decretada a perda ou o cancelamento de autorização de residência.

Art. 8º A emissão dos novos modelos de CRNM e de DPRNM deverá ser iniciada no prazo de até 180 dias a partir da publicação desta Portaria.

Art. 9º Fica revogada a Portaria nº 8.728-DG/PF, de 21 de agosto de 2018, publicada no Boletim de Serviço nº 162, de 22 de agosto de 2018.

Art. 10º Fica revogada a Portaria nº 10.753-DG/PF, de 10 de dezembro de 2019, publicada no Boletim de Serviço nº 240, de 11 de dezembro de 2019.

Art. 11º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAURÍCIO LEITE VALEIXO

ANEXO I



ANEXO II



**Anexo IV - ANEXO_D___Portaria_DG.PF_16.362.2022
_Carteira_Digital.pdf**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL**

**BRASÍLIA-DF, SEXTA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 2022
BOLETIM DE SERVIÇO Nº 118**

**1ª PARTE
ATOS DO DIRETOR-GERAL**

PORTARIA DG/PF Nº 16.362, DE 15 DE JUNHO DE 2022

Regulamenta a expedição de Carteira de Registro Nacional Migratório e Documento de Registro Nacional Migratório em meio eletrônico.

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso V do art. 36 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 155, de 27 de setembro de 2018, do Ministro de Estado da Segurança Pública, publicada na seção 1 do Diário Oficial da União nº 200, de 17 de outubro de 2018; e tendo em vista o disposto no art. 63 do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019; no § 2º do art. 63 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017; no § 2º do art. 4º do Decreto nº 9.277, de 5 de fevereiro de 2018; e com base no que consta no processo administrativo nº 08205.000613/2018-90; resolve:

Art. 1º Regular a expedição da Carteira de Registro Nacional Migratório - CRNM e do Documento de Registro Nacional Migratório - DPRNM no formato digital.

§ 1º A CRNM e o DPRNM digitais têm validade em todo território nacional.

§ 2º A versão no formato digital tem as seguintes características:

- I - é derivada do documento físico;
- II - reproduz o conteúdo do documento físico;
- III - tem o mesmo valor jurídico do documento físico; e
- IV - é chamada de Carteira Digital do Migrante.

Art. 2º A CRNM e o DPRNM em formato digital devem:

I - atender aos requisitos de segurança, de integridade, de padronização e de interoperabilidade da Polícia Federal;

II - ser baseados no uso de Certificados Digitais de assinatura digital e de atributos conforme normas e padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICPBrasil;

III - ter o certificado de atributo com validade e duração definidos pela Polícia Federal;

IV - conter todas as informações do documento físico correspondente;

V - permitir a verificação dos dados por meio de aplicativo móvel, pelo código de barras bidimensional, no padrão Código QR dinâmico, criptografado, com sistema de detecção de veracidade aprovado pela Polícia Federal, e gerado a partir de algoritmo específico homologado pela Polícia Federal;

VI - estar integrados à base de cadastro biográfico e biométrico utilizada pelo Sistema de Registro Nacional Migratório - SISMIGRA, ou outro sistema designado pela Polícia Federal;

VII - possibilitar auditorias que permitam, no mínimo, verificar informações de data, hora e posição geográfica quanto às emissões de documento em formato PDF e às consultas, pelo período mínimo de 6 (seis) meses;

VIII - possibilitar validação e acesso à carteira em formato digital, independentemente de conectividade à internet, com detalhamento da última atualização, desde que o usuário apresente credencial de acesso;

IX - estar disponíveis para download gratuitamente, com suporte nativo aos sistemas operacionais Android e IOS, em sítio eletrônico oficial da Polícia Federal ou em loja virtual de aplicativos indicada pela Polícia Federal;

X - dispor de controle automático de restrição de ativação do documento em vários dispositivos móveis;

XI - permitir associação biométrica do dispositivo móvel com senha para acesso ao documento, com segurança de ponta a ponta com múltiplos fatores de identificação;

XII - dispor de recurso de comparação biométrica para ativação no dispositivo, com utilização de tecnologia de detecção de vida aprovada pela Polícia Federal, a partir da leitura do Código QR, impresso no formato físico do documento, ou outra forma homologada pela Polícia Federal;

XIII - dispor de mecanismo de segurança que não permita capturar a tela do documento apresentado no dispositivo móvel;

XIV - permitir gerar e exportar arquivo do documento original, em formato PDF, assinado com certificado digital da Polícia Federal, compatível e adequado aos padrões ICPBrasil;

XV - permitir consulta, validação e confirmação da autenticidade do documento, na forma homologada pela Polícia Federal; e

XVI - possibilitar integração com outras soluções de identificação e de cadastro, garantindo a interoperabilidade entre os sistemas governamentais, a critério da Polícia Federal.

Parágrafo único. Caso o documento físico esteja com a informação de revogado no SISMIGRA, a emissão do documento digital não será permitida.

Art. 3º O aplicativo para Carteira Digital do Migrante deverá estar implantado em até 90 (noventa) dias após a vigência desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 1º de julho de 2022.

MÁRCIO NUNES DE OLIVEIRA

(Transcrição do DOU nº 116, de 22.06.2022 - Seção 2).

PORTARIAS DG/PF DE 20 DE JUNHO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das competências que lhe foram atribuídas nos incisos IV e X do Artigo 36 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 155, de 27 de setembro de 2018, do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Segurança Pública, publicada no DOU nº 200, de 17 de outubro de 2018, e subdelegadas no art. 7º, XXVIII e XXX, da Portaria nº 1411, de 25 de novembro de 2021, da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça e Segurança Pública, publicada no DOU nº 221-A, de 25 de novembro de 2021; resolve:

Nº 16.387 - Dispensar o Delegado de Polícia Federal ANDRE GEBRIM VIEIRA DA SILVA, matrícula PF nº 10.865, do encargo de Substituto Eventual do Chefe da Delegacia de Polícia Federal em Uberaba/MG, código FCPE 101.1.

Nº 16.388 - Designar o Delegado de Polícia Federal MARCUS VINICIUS ZAMPIERI SELLMANN, matrícula PF nº 16.192, para exercer o encargo de Substituto Eventual do Chefe da Delegacia de Polícia Federal em Uberaba/MG, código FCPE 101.1.

MARCIO NUNES DE OLIVEIRA

(Transcrição do DOU nº 117, de 23.06.2022 - Seção 2).

RESOLUÇÃO CGD/PF Nº 2, DE 23 DE JUNHO DE 2022

Aprova o Regimento Interno da Comissão de Governança de Dados da Polícia Federal – CGD/PF.

A COMISSÃO DE GOVERNANÇA DE DADOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13, inciso XXV, da Portaria nº 13.763-DG/PF, de 21 de setembro de 2020, publicada no Boletim de Serviço nº 182, de 22 de setembro de 2020; e tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017; resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Comissão de Governança de Dados da Polícia Federal – CGD/PF, na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor em 2 de maio de 2022.

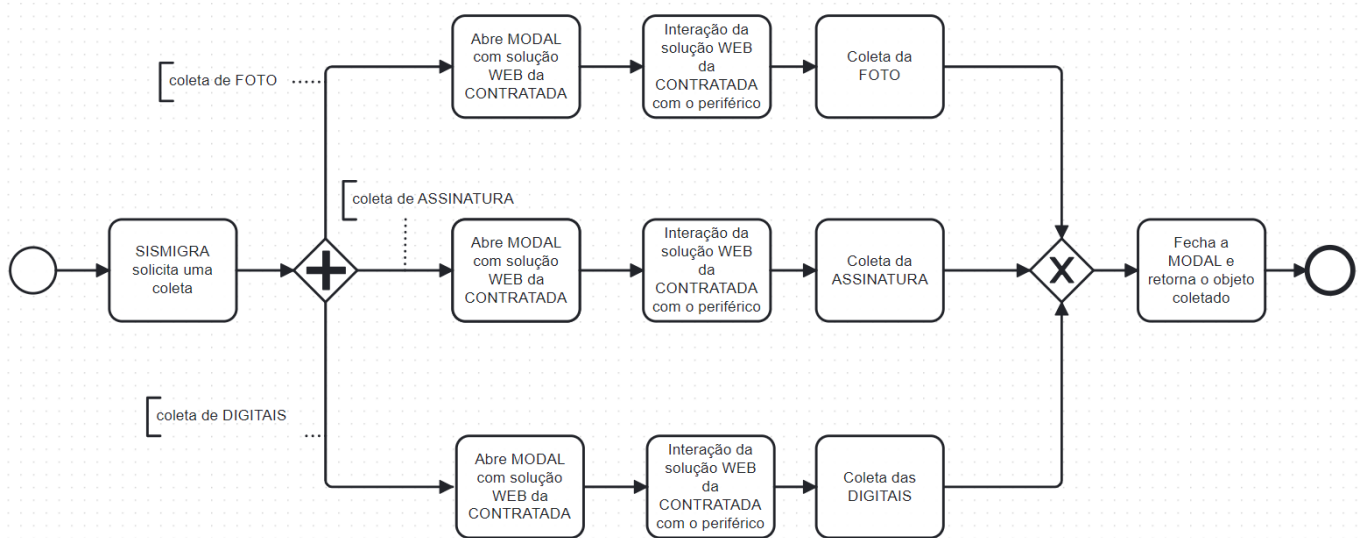
Anexo V - ANEXO E e F - Fluxo da integração.pdf

ANEXO E

DA INTEGRAÇÃO ENTRE O SISTEMA DA POLÍCIA FEDERAL E OS PERIFÉRICOS

A CONTRATADA deverá, conforme item **xx.xx.xx**¹ do TR, prover SOLUÇÃO DE TIC que atenda às necessidades do sistema da CONTRATANTE atualmente implantado para atendimento ao migrante.

O fluxo abaixo ilustra, de forma macro, os requisitos que esta SOLUÇÃO DE TIC deve atender:



O sistema pode solicitar, de forma independente, qualquer uma das biometrias que o operador desejar.

O sistema opera abrindo uma modal e aguardando a conclusão para recebimento do objeto de retorno.

A solução de TIC a ser desenvolvida pela CONTRATADA será executada a partir desta modal, devendo ser capaz de interagir com os periféricos, processar as biometrias capturadas e, após conclusão pelo operador, fechar a modal enviando o objeto resultante.

Demais requisitos, como estrutura do objeto, serão oportunamente refinados.

¹ Vai ser o número do item da parte que diz:

fornecimento de solução tecnológica necessária ao registro, para processamento e envio de dados biométricos, com integração via browser aos sistemas informatizados da Polícia Federal, por meio de protocolos web ou recursos da especificação HTML 5. O software de captura biométrica da CONTRATADA deverá ser capaz de interagir, por meio de WebSocket e/ou HTTP Rest, para atender de forma reativa a ações de início, coleta e conclusão das capturas de digital, face e assinatura, trafegadas em formato JSON para o navegador web que executa os sistemas utilizados pela Polícia Federal

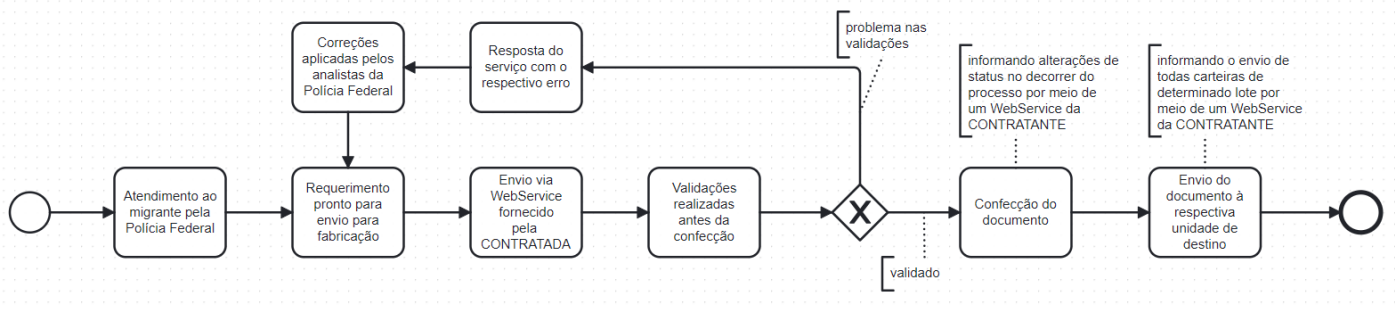
ANEXO F

DA INTEGRAÇÃO ENTRE O SISTEMA DA POLÍCIA FEDERAL E A CONTRATADA

A CONTRATADA deverá, conforme item **yy.yy.yy**² do TR, prover um WebService para consumo da CONTRATANTE no que tange ao envio das informações da CONTRATANTE para a CONTRATADA para confecção dos documentos.

Em contrapartida, a CONTRATADA deverá, conforme item **zz.zz.zz**³ do TR, consumir um WebService da CONTRATANTE no que tange ao envio de atualizações quanto à situação do processo fabril de cada documento no decorrer da esteira de produção e para informar os documentos que foram remetidos em determinado lote para a unidade de destino.

O fluxo abaixo ilustra, de forma macro, as definições acima especificadas:



Demais requisitos, como estrutura dos objetos, serão oportunamente refinados.

² Ver o número do item da parte que diz:

A CONTRATADA deve desenvolver um Web Service para ser consumido pela CONTRATANTE para atualizar a situação das carteiras (ativa ou inativa) de modo a propagar a situação atualizada para o aplicativo, desvinculando as carteiras que forem atualizadas para a situação inativa, por exemplo, ou permitindo a vinculação de carteiras atualizadas para situação ativa.

³ Ver o número do item da parte que diz:

A contratada deve consumir Web Service da contratante para atualizar o sistema da contratante no que tange à situação em que se encontra a carteira em relação ao processo fabril e, por exemplo, "recebida para fabricação", "fabricada", "enviada" etc.